

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE MARÇO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Beraldin e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 007/2001

Curitiba, 02 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, para, em conformidade com o preceito contido no

artigo 54, inciso X, da Constituição Estadual, solicitar desse colendo Poder Legislativo, a exemplo de procedimentos já adotados através do Decreto Legislativo nº 005/2000 - ALE e de outros anteriores, autorização para meus eventuais afastamentos do País, assim como os da vice-governadora senhora Emilia de Salles Belinati, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários, com destino aos países que, juntamente com o Brasil, integram o Mercado Comum do Sul - Mercosul.

A ora solicitada autorização poderia abranger os afastamentos que ocorrerem até 31 de dezembro de 2001, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

Certo de que a presente solicitação merecerá o necessário apoio e a conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 008/2001

Curitiba, 05 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares Sadi Cláudio Ropke - falecido em 08 de dezembro de 1998, Jair Machado Moreira - falecido em 06 de junho de 2000, José Carlos Lopes de Souza - falecido em 22 de junho de 2000 e Mário Fernando Xavier - falecido em 13 de julho de 2000.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente necessário e oportuno, assim como de inteira justiça, eis que virá proteger a família de policiais mortos no efetivo exercício das funções, cujos óbitos não ensejaram o pagamento do auxílio de acidentes pessoais, porque ocorreram fora do período estipulado na Lei nº 12.896, de 06 de julho de 2000 e que, por omissão processual não foram incluídos entre os casos arrolados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no

efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares abaixo relacionados:

Sadi Cláudio Ropke, falecido em 08 de dezembro de 1998; Jair Machado Moreira, falecido em 06 de junho de 2000; José Carlos Lopes de Souza, falecido em 22 de junho de 2000 e Mário Fernando Xavier, falecido em 13 de julho de 2000.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias que se fizerem necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 054/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ricardo Maia, que pede esclarecimentos sobre valor repassado aos cofres municipais de Curitiba pela Sanepar, do Imposto sobre Serviços - ISS". **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 500/2000, do senhor Ingo Henrique Hubert - secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk, que pedem esclarecimentos sobre valor pago ao leiloeiro do Banestado. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 501/2001, do senhor Ingo Henrique Hubert - secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk, que pedem esclarecimentos sobre contratos celebrados com a Bolsa de Valores do Estado do Paraná para leiloar o Banestado. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 007/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi - diretor geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre veículos da Polícia Militar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 3122/2000, da senhora Alcyone Saliba - secretária de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre plano de cargos, carreiras e salários dos trabalhadores em educação da Rede

Pública Estadual. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 029/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre reajustes dos salários dos diretores da Sanepar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 089/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi - diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Edson Strapasson, que pede esclarecimentos sobre número de servidores públicos na ativa da Polícia Civil e os vencimentos atualizados por classe. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 625/2000, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Geraldo Cartário, que pede esclarecimentos sobre a existência de algum benefício do governo do Estado ao Grupo Sonae, na área comercial e industrial. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 009/2000, do senhor Ingo Henrique Hubert - secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre créditos de ICMS que o Estado deve aos contribuintes. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 021/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre valor das operações que o Banestado transferiu para o Tesouro do Estado. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 001/2001, do senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin - secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre convênio com a Federação das Associações dos Municípios do Paraná - Femupar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 003/2001, do senhor Ingo Henrique Hubert - secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre operações de antecipação de ICMS. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1119/2000, do senhor Antonio Leonel Poloni - secretário de Estado da Agricultura e do Abaste-

cimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Antonio Anibelli, que pede esclarecimentos sobre cancelamento da Feira do Paraná, no Parque Castelo Branco. Ao conhecimento do senhor deputado interessado.

Sob o nº 077/2001, do senhor José Cid Campelo Filho - secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Edgar Bueno, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Ademir Bier e Hermes Fonseca, que pedem esclarecimentos sobre valores gastos para a execução dos Jogos Mundiais da Natureza. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 015/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Edgar Bueno, Irineu Colombo, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana e Hermes Fonseca, que pedem esclarecimentos sobre contratos realizados pela Sanepar, com dispensa e inexistência de licitações. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 499/2000, do senhor Ingo Henrique Hubert - secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Antonio Anibelli, Edgar Bueno, Caíto Quintana e Orlando Pessuti, que pedem esclarecimentos sobre contratos entre o governo estadual, governo federal, quando deu-se o adiantamento dos royalties da Hidrelétrica de Itaipu. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 371/2000, do senhor Wilson Justus Soares - secretário de Estado dos Transportes, em exercício à resposta ao pedido de informações do deputado Beraldin, que pede esclarecimentos sobre movimento contábil das empresas concessionárias que prestam serviços nas rodovias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 002/2000, do senhor Quielse Crisóstomo da Silva - presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre Resoluções nºs 7150/99 e 6731/2000, referentes ao Paranacidade e Paranaurbano. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Do senhor Akiched Walter Ogasawara - diretor da Inspetoria Geral de Controle do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo depu-

tado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre “Gastos da Administração Pública Direta, Indireta, Empresas e Autarquias, com Divulgação e Comunicação Social”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Do senhor José Rubens Cafareli - presidente da Comissão de Desestatização do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelos deputados Nereu Moura, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk, Antonio Anibelli, Ademir Bier, Edgar Bueno, Caíto Quintana e Waldyr Pugliesi, que pedem esclarecimentos sobre “Avaliação Econômico-Financeiro que Definiu o Preço Mínimo de Venda do Banco do Estado do Paraná”. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob o nº 10/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, para manutenção dos Serviços Assistências, de Ação Continuada e Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 248/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa - ordenador de despesas, comunicando que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento liberou recursos do convênio com a Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 029/2001, do senhor Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Orlando Pessuti, que pede esclarecimentos sobre “Contratos Celebrados pelo Estado do Paraná com Instituições Financeiras que envolvam Ações da Copel Dadas em Caução, Garantias a Tais Operações”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

### REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem pelo presente, após ouvido o duto Plenário, REQUERER, o adiamento por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 344/99, item número 8 da pauta 05/03/2001, de autoria do deputado

estadual Péricles Mello que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05.05.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 484/99, item 14, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 247

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 458/99, item 13, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 248

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 391/99, item 10, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Beraldin, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 457/99, item 12, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 600/99, item 15, em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, formação de Comissão Especial Suprapartidária, composta por 7 (sete) deputados, para no prazo de 120 (cento e vinte) dias, acompanhar os trabalhos de investigação e apuração dos fatos amplamente denunciados pela imprensa estadual e nacional, relativos a desvio de recursos públicos na Prefeitura Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento

Carlos Simões, Ademar Traiano, Chico Noroeste e Ricardo Maia.

#### REQUERIMENTO Nº 250

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, “Encaminhamento à CCJ” de todos os projetos de lei para outorga de títulos de Cidadania Honorária e Benemérita em tramitação, afim de que os mesmos sejam analisados à luz da Lei 13.115, sancionada em 14.02.2001, que regulamenta a concessão de títulos no Estado.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 26/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Portadores de Hepatite C do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Hepatite C segundo estudos e pesquisas atinge cerca de 2% (dois por cento) da população do nosso Estado.

Baseada nesta informação foi criada a Associação dos Portadores de Hepatite C do Estado do Paraná, para que tenha amparo legal e mobilidade para reivindicar assistência nos tratamentos e medicamentos junto à Saúde Pública, pois o tratamento além de demorado possui custo elevadíssimo.

A declaração de Utilidade Pública desta Associação justifica-se pela importância elevada dos objetivos da entidade, que necessita de força e amparo para poder continuar suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

(Lê):

“Solicitei a palavra do senhor presidente para me dirigir ao deputado Durval Amaral, o ilustre líder do governo nesta Casa, e a todos os senhores deputados, para convidá-los a fazer uma reflexão sobre os perigos que rondam os lares do Paraná, os riscos que surgem no horizonte comprometendo a economia do nosso Estado e os entraves ao seu desenvolvimento.

Refiro-me senhores deputados à ameaça de privatização da Copel e à defesa que fazemos da empresa líder do setor elétrico brasileiro, uma bandeira que não é exclusiva deste ou daquele representante da Oposição, porque todos nós temos o dever de defender o patrimônio público e transmitir às futuras gerações um Estado progressista, equilibrado, sem grandes disparidades regionais, com oportunidades de emprego para todos, com garantia de acesso a serviços básicos de educação e de saúde.

Nós sabemos, senhor presidente, que se o Paraná alcançou o estágio de desenvolvimento econômico e social e de industrialização que apresenta hoje, as bases deste Paraná moderno estão firmemente assentadas sobre o sistema de geração e transmissão de energia elétrica construídos pela Copel ao longo dos últimos cinquenta anos. Uma empresa enxuta, eficiente, que sempre honrou os seus compromissos internacionais e que tem amplo domínio sobre a tecnologia da construção e manutenção de redes de energia elétrica.

E tanto isso é verdade, senhores deputados, que a Copel hoje participa da construção de hidrelétricas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Senegal e na China. Mas, subitamente, por imposição do modelo neoliberal que se instalou neste país, o governo diz que a Copel deve ser vendida, com a maior rapidez possível, para não ficar em desvantagem diante das demais concessionárias e que todo o sistema elétrico brasileiro deve ser privatizado até 2004.

Em primeiro lugar senhor presidente, imposições e fatos consumados desta natureza seriam compreensíveis numa outra época, de autoritarismo militar. Hoje a sociedade tem o direito de questionar, discutir, protestar e modificar o entendimento de autoridades que por vezes ignoram os superiores interesses da pátria e teimam em adotar soluções cujos efeitos desastrosos terão que ser suportados pela população.

E quem nos diz isso hoje é o senhor Rodolpho Tourinho, que até há poucos dias era ministro das Minas e Energia. Em entrevista a um jornal de São Paulo ele diz com todas as letras que a falta de investimentos dos grandes conglomerados financeiros, nacionais e internacionais, na geração de energia hidrelétrica, obrigou o governo a adotar um plano de emergência visando a construção de 49 usinas térmicas, movidas a gás natural.

Aqui nós temos dois problemas sérios: o custo da energia térmica é mais caro que o da energia hidráulica e isso forçosamente terá que ser repassado às tarifas, em prejuízo dos consumidores. Segundo problema sério: nenhum investigador privado se interessou em construir usinas térmicas e, em desespero de causa, o governo teve que construir 15 das 49 usinas programadas, com recursos exclusivamente da Petrobrás e da Eletrobrás. Ou seja: é o dinheiro público, investido através de empresas públicas, que está socorrendo o setor elétrico, já ameaçado de entrar em colapso. Vejamos, senhores deputados o que diz textualmente o senhor Rodolpho Tourinho:

Folha de São Paulo - O que aconteceu?

Rodolpho Tourinho - As empresas privadas não investiram na construção das termoeletricas, como esperávamos. Fizemos algumas das usinas com dinheiro da Petrobrás e da Eletrobrás. Na marra. Se não fosse assim, isso aqui ia ficar igual à Califórnia, onde falta luz até para acender a árvore de natal.

Moral da história, senhor presidente: a Petrobrás tornou-se uma concessionária de energia elétrica, investindo de 1999 para cá, dois bilhões e 500 milhões de dólares. E isto para a nossa empresa estatal do petróleo é um bom negócio, pois ela produz a metade do gás natural da Bolívia, tem reservas no Brasil e deve vender 75 milhões de metros cúbicos por dia a partir de 2005.

Então nós queremos dizer ao deputado Durval Amaral e a todos os seus liderados nesta Casa, e ao governador Jaime Lerner, que não há motivos para a venda do controle acionário da Copel a toque de caixa. Nenhuma alternativa é melhor, nem mais sábia do que a sua permanência como empresa pública, uma vez que se trata de uma companhia que apresenta lucros consistentes ao longo da sua história. Que tem contribuído com os programas sociais do governo e que vem impulsionando o desenvolvimento do Estado.

É por esta e outras razões que os governadores Itamar Franco, de Minas Gerais, e Antony Garotinho do Rio de Janeiro, e o presidente da Câmara Federal Aécio Neves se posicionaram contra a venda de Furnas, uma empresa estratégica como é a nossa Copel. E ontem o ministro Rodolpho Tourinho disse que a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) situa-se numa região que tem grande escassez de água e que o mesmo se aplica à Eletronorte: seria arriscado entregar estas concessionárias à iniciativa privada, diz o senhor Rodolpho Tourinho.

No nosso entendimento, além de arriscado seria uma grande falta de patriotismo e isso vale principal-

mente para a Copel, se quisermos garantir o abastecimento contínuo de energia elétrica aos nossos quase três milhões de consumidores. Se quisermos aproveitar outras fontes de energia, que a Copel já está realizando pesquisas, como a energia eólica e a energia solar. Se quisermos contar com uma empresa pública, parceria do nosso desenvolvimento, formadora de gerações de engenheiros e técnicos que são repassados ao parque industrial do Estado. E principalmente, senhores deputados, se quisermos manter a Copel como um símbolo da capacidade, da coragem e do espírito empreendedor dos paranaenses”.

A Copel tem servido como um verdadeiro laboratório de conhecimento do Estado do Paraná, formação de geração de engenheiros e técnicos que são repassados ao parque industrial do Estado e, principalmente, se quisermos manter a Copel como o símbolo da capacidade, e coragem, de espírito empreendedor dos paranaenses nós devemos fortalecer a cada dia essa idéia, que a Assembleia Legislativa deva aprovar com a maior urgência possível o projeto de lei que proíbe a venda da nossa empresa estatal.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra no Pequeno Expediente deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O Paraná inteiro foi sacudido por aquela devassa feita pelo Tribunal de Contas do Estado, no município de Maringá. Diversos homens públicos deste Estado, principalmente o mais alto mandatário, tiveram os seus nomes citados dentro do depoimento do maior indiciado naquele escândalo.

Nós da Oposição, senhor presidente, estamos atentos e vigilantes junto ao Ministério Público do Estado do Paraná, para sabermos, realmente, os caminhos pelos quais esta Casa, não só a Oposição, mas a totalidade dos senhores deputados haverão de tomar. Não é admissível que alguma coisa que o Ministério Público apure seja de quem for, esta Casa fique alheia a principalmente provas que irão ser oferecidas, e nós estamos, senhor presidente tão somente dizendo ao Paraná, através do comitê de imprensa, que a Oposição e a Situação, acredito, terão a responsabilidade de dar ao povo do Paraná um posicionamento deste Poder Legislativo, quando as provas oferecidas estiveram ao nosso conhecimento.

Mas o que nos traz, senhor presidente, senhoras e senhores deputados a usar da palavra neste Pequeno Expediente, é com referência ao nosso partido, partido do deputado Eli Ghellere, partido deste deputado que vos fala, partido que tem em Valmor Stédile, que tem André Menegoto, que tem Nelson Friedrich, inúmeros outros companheiros, a satisfação de traduzir os números que nós aderimos nesta última eleição. Sem respaldo oficial algum, sem meio disponível em sentido numérico mas

tão somente em sentido de proposta, ideologia e principalmente de uma inteligência nova, partidária, que o PDT depurado daqueles nocivos e democracia que se aliam ao poder constituído e que fazem uso de siglas partidárias como usaram o nosso PDT chegar à prefeitura de Curitiba e chegar ao cargo mais alto de governador do Estado do Paraná e depois traem o partido, é que nós temos a satisfação de contar aos senhores que nas últimas eleições o PDT do Paraná confirmou a sua vitalidade democrática, aberta, sincera, com 322 mil votos na eleição de prefeitos em todas as comunidades paranaenses, sem auxílio algum, tão somente do povo, de Deus e dos nossos militantes, elegemos 19 prefeitos.

Tivemos também, senhor presidente, senhores deputados, 288 companheiros vereadores nas diversas Câmara do nosso Paraná, que somaram 374 mil votos, expressão em número, qualidade, dignidade e principalmente em responsabilidade com a democracia que nós vivemos.

Quem chega hoje na política não sabe da luta que foi travada com homens públicos desta Nação que foram cassados, tiveram em outros quadrantes deste universo sempre com interesse voltado para a democracia dentro do seu país de origem, que é o Brasil.

Assim foi o nosso maior líder, Leonel Brizola, que sabia que antes de ele fazer a passagem desse mundo material com a sua abnegação e outros sinceros companheiros desta Nação, brasileiros que querem bem o Brasil, brasileiros que querem bem os seus filhos, brasileiros que não são ligados ao poder constituído e principalmente ao poder arbitrário que perpetuou nesta Nação, nem de longe a democracia que nós vivemos e respiramos hoje. Homens, que hoje a juventude, alguma parcela dela julgam já vencidos pelo tempo, homens de propostas que quando chegam à televisão, como nosso presidente nacional e fala aquilo que realmente o Brasil quer ouvir, dizendo deste mar de lama que não Antonio Carlos Magalhães porque não tem moral para trazê-lo, como outros senhores, homens da Nação também não têm a dignidade e o respeito com o Brasil porque estiveram sempre à sombra do poder.

Assim é que Leonel Brizola, despedido de qualquer outro sentido que não ser o de brasilidade, vai neste horário que a justiça eleitoral nos permite porque não temos dinheiro para fazê-lo de outra forma, e ele e outros companheiros do PDT mostram à Nação aquilo que é o quadro verdadeiro da política nossa, do Brasil.

E nós, aqui neste plenário, senhor presidente e senhores deputados, tão somente dois deputados, o Eli Ghellere e nós, procuraremos junto aos demais companheiros da Oposição e da Situação, também, somamos, para que no dia de amanhã, quando nós não ocuparmos mais a função de deputado, alguém venha nesta tribuna, neste microfone que eu uso, dizer o orgulho que tem nas palavras, as ações que nós praticamos.

Esta venda da Copel é o maior roubo contra a economia do Paraná. A venda da Copel só interessa a

quem está no poder, para ganhar comissão da venda, como ganharam do Banestado. Nós, aqui, nos encontramos de cabeça erguida. Quero que as futuras gerações, e vou propor à Mesa Executiva o voto descoberto quando aqui vier, o posicionamento de cada deputado, para a família não se envergonhar do membro que ela possui, para que os eleitores que acreditaram nos deputados que eles votaram, não tenham a vergonha, nos seus domicílios paranísticos, de dizer: “aquele deputado no qual votei, realmente, votou contra minha mãe, contra meu pai, contra meu filho e contra mim, mesmo, entregando um patrimônio que é rentável e é do povo do Paraná”.

Assim é que o PDT, no próximo sábado, nesta Casa e no plenarinho, irá reunir todos os senhores vereadores do PDT do nosso Estado. Estarão ali, outras lideranças, somando para este esforço que nós não queremos a venda da nossa melhor companhia e uma das melhores companhias desta Nação.

Esta é a posição dos veredadores do PDT, que assumirão, no próximo sábado. É a posição dos prefeitos, é a posição dos filiados, é a posição do deputado Eli e do deputado que vos fala, para nós, junto com outros deputados, em sã consciência, aqueles que realmente se interessam pela família do Paraná, consigamos uma maioria e que este negócio não se efetive.

Terceiro assunto, senhores deputados, é com relação à Campanha da Fraternidade deste ano. Estamos entrando com um requerimento de um voto de congratulações à CNBB, ao nosso bispo, arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto e ao bispo João Haves, da minha diocese, onde nós participamos, que é a Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais, cumprimentando a Igreja Católica pela Campanha da Fraternidade, que está se iniciando, que irá se desenvolver na conscientização dos jovens, dos pais, das mães e da família brasileira: “Vida, sim. Droga, não”.

Todos nós somos responsáveis. E a igreja, agora, não só a Católica, mas os irmãos evangélicos, somados, conosco, num caminho pelo qual se encontra a razão de toda a família do Brasil, dizendo “não” às drogas, nesta Campanha da Fraternidade. Haveremos de sacudir aquelas poucas mentes, que ainda não se livraram deste mal, que é a droga.

Então, senhor presidente, senhora e senhores deputados, de antemão já peço o voto pela aprovação do nosso requerimento, dando mostras que esta Casa, também, através de uma iniciativa que não é minha, mas que é deste Poder, cumprimentar a Igreja Católica por este tema tão real, tão oportuno. E principalmente, tão responsável, que é: “Vida, sim. Droga não.”

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

O que me traz à tribuna, senhor presidente, é um assunto que tem tomado conta do Paraná inteiro e do Brasil. Mas, esse desfecho lamentável e horrível para o nosso Estado, um desfecho terrível para o nosso velho e querido Paraná. Mais uma vez o nosso Estado vai para as páginas policiais, mais uma vez o nosso governador aparece envolvido em manchetes negativas, em casos de polícia. Ontem a Folha de São Paulo publicou o que o Paraná inteiro já sabia, o que o jornais do Paraná já haviam publicado: a imagem do governador Jaime Lerner na cidade de Maringá, João Carvalho Pinto, saindo do aeroporto de Maringá.

Por isso, senhor presidente, não podemos aceitar e admitir que o governador Jaime Lerner, simplisticamente, venha fazer um deboche com o povo do nosso Estado, ao dizer, com a cara mais lavada, que a corrupção em Maringá é coisa do PSDB, que a corrupção em Maringá é coisa do PSDB, porque envolve pessoas, segundo Paolicchi, desse partido político.

Ora, vamos buscar a verdade dos fatos: o governador Jaime Lerner, acompanhamos pela imprensa a sua desesperada tentativa de atrair o prefeito de Maringá para o PFL. O governador, o prefeito de Maringá era o coordenador geral da sua campanha nas eleições de 1998. Está aqui estampado no jornal A Folha de São Paulo, manchete, que vem provar tudo aquilo que o Paraná inteiro já sabia: o envolvimento do governador com a fraude na Prefeitura de Maringá.

Aliás, senhores deputados, não é novidade, porque de escândalos esse governo está cheio, em todos os segmentos, em todos os setores. Não há um setor sequer que não tenha havido denúncia de fraude neste governo, a começar pela Imprensa Oficial, Pedágio, Secretaria do Meio Ambiente, Banco do Estado, Copel, Sanepar e por aí a fora vai se enumerando escândalo após escândalo. E vai se manchando de preto essa história do Paraná, manchando com a mancha da perversidade de pessoas que infelizmente influenciariam o nosso Estado. E o governador, com a cara de pau que lhe é peculiar, com esse sentimento de pessoa simplista que analisa as coisas de forma fria e calculista, vem à imprensa dizer que ele não sabia e que a culpa é do PSDB. Aliás, deputado Vanhoni, está cometendo mais um ato de deslealdade com o PSDB, deputados que sempre foram leais a ele aqui nesta Casa e votaram afinadamente com o Palácio Iguaçu em todos esses anos. O governador não pensou duas vezes para desferir mais um tapa na cara de políticos que sempre foram leais a ele, os deputados do PSDB.

Senhor presidente, solicito o Horário do PMDB.

Pois o governador, como já fez com o deputado Valdir Rossoni, como já fez com outras pessoas que lhe serviram no passado, agora também joga pedras no PSDB em pessoas das quais ele se serviu para poder governar o Paraná. Não pensou duas vezes para jogar o



seu fel, para jogar o seu sentimento de maldade para tentar colocar na mesma vala pessoas de seriedade, pessoas de integridade que pertencem ao PSDB. Pois quero dizer aqui a esta Casa que fico mil vezes com o senador Álvaro Dias, do que um dia junto com o governador Jaime Lerner. Não tenho, graças a Deus, na minha vida pública este desprivilégio de ser companheiro de um político que tenha este passado e este conceito.

Por isto esta Casa não pode ficar calada, esta Casa tem que ter a sua responsabilidade de apurar estes fatos que envolvem não só o governador, que envolve, segundo denúncias do próprio principal implicado, Tribunal de Contas, que tem respingos aqui neste própria Casa que envolve um montão de gente e que precisa ser esclarecido para que a verdade prevaleça, para que o povo do Paraná saiba quem são aqueles responsáveis pelo desvio do dinheiro público, por esta fraude criminosa praticada contra o erário público, contra o povo do Paraná.

Mas, senhor presidente, podemos ir mais longe. Não precisamos nos ater só à picaretagem, à malandragem encontrada fartamente em Maringá. Podemos chegar a Londrina aonde o Prefeito foi cassado, aonde também existe a comprovação do desvio de milhões de reais com a conivência do governo do Paraná na negociata mal explicada da Copel. A Copel que foi a responsável por aquele cabeludo escândalo de mais de cem milhões de reais roubados dos cofres da prefeitura de Londrina. Podemos chegar lá em Londrina para verificar aonde foi parar dinheiro, quem foram os responsáveis, quais autoridades do governo se envolveram naquela marmelada, naquele roubo? Chegamos também em Foz do Iguaçu no canal da barragem de Foz do Iguaçu onde o Tribunal de Contas determinou que o Hitoshi Nakamura devolvesse 20 milhões aos cofres públicos. Podemos chegar na Sanepar, onde na calada da noite, a diretoria aumentou o seu salário, aumentaram o salário em mais de oito vezes na véspera da eleição. Podemos chegar na Imprensa Oficial, onde houveram licitações fraudulentas, desvio de mais de um milhão e meio de reais.

Podemos, enfim, senhor presidente, senhores deputados, passar esse Paraná a limpo que é o que o povo mais deseja neste instante. Por onde andamos, é o grito que vem das ruas, é o povo que pede o que a Assembléia está fazendo, o que os deputados estão fazendo para passar este Estado a limpo, para acabarmos com a vergonha que se instalou no nosso Estado com a mancha da corrupção, da roubalheira, da fraude e da indignidade.

Por isso, senhor presidente, temos que passar a limpo. Não dá para aceitar sob pena de sermos tachados como coniventes, como omissos, sermos tachados de termos cometido o crime de responsabilidade por não cumprirmos com o nosso papel, com o nosso dever de fiscalizar, de irmos a fundo, de apurar as denúncias comprovadas do desvio do dinheiro público.

## O Sr. Ricardo Chab

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, já comuniquei ao líder de Oposição, um requerimento que está em minhas mãos, e que nesta sessão inclusive eu quero tornar público aos demais deputados, espero fazer valer essa vontade que eu penso seja a vontade popular.

Nós estamos só acompanhando, eu particularmente estou me convalescendo, me recuperando de uma cirurgia, e durante esse tempo todo estou em casa tendo acesso a todos os veículos de comunicação, enfim, todos eles, tocam no caso de Maringá, de Londrina, Ponta Grossa, Pinhais, aquele caso do prefeito que fugiu, enfim, é um escândalo só, uma roubalheira tremenda, nas prefeituras, a população aterroriza, o povo sem as condições mínimas de sobrevivência em alguns municípios, sem acesso à saúde porque em municípios da região metropolitana levaram até a ambulância embora, o prefeito levou a máquina para casa, o outro vendeu o carro que era da prefeitura um dia antes de passar o mandato.

Tudo isso nós estamos acompanhando. Então, eu estou aqui com um requerimento para instalação de uma CPI, agora tem que haver vontade desta Casa, porque eu, particularmente, deputado, quero crer que tanto o governador Jaime Lerner, como o senador Álvaro Dias são pessoas acima de qualquer suspeita.

E mais, quero crer, e isso aqui com essa ação que eu vou desenvolver nesta Casa, tenho certeza que vou contar tanto com o apoio do governador com o apoio do senador Álvaro Dias.

Então, o meu requerimento é o seguinte, pede a instalação de uma CPI para apurar, veja bem o título aqui, deputado, para apurar notícias veiculadas na imprensa do Estado do Paraná denunciando corrupção em várias prefeituras do Estado do Paraná. Então, essa a CPI que eu estou pedindo a instalação, é para não nos atermos apenas ao caso de Londrina e ao caso de Maringá, mas que possamos estender aos outros municípios.

Então, é por isso que eu gostaria que o senhor assinasse a CPI junto comigo e os demais colegas deputados desta Casa.

Muito obrigado.

## O SR. NEREU MOURA

Deputado Ricardo Chab, eu preliminarmente, ouvindo o teor do requerimento de Vossa Excelência já acho que de pronto nós devemos investigar o governo do Estado e não as prefeituras.

As prefeituras têm a Câmara de vereadores, têm o Tribunal de Contas; e nós temos que cumprir e ver as denúncias que pipocam contra o governo Jaime Lerner, que para mim não merece esse respeito que Vossa Excelência tem porque enquanto pairarem dúvidas, enquanto os jornais estampam fotografias do senhor Jaime Lerner abraçado com o Paolicchi em diversas oportunidades, fico eu deputado, pensando se era só um relacionamento

casual, ou se efetivamente alguma coisa podre existia nessa relação.

E por último, senhor presidente, para mostrar que esse Paraná, coitado desse Paraná nunca vivenciou tantos escândalos, nunca, desde a época do Leon Perez.

Leon Perez na verdade hoje seria fichinha seria até voto de congratulações depois da passagem do Jaime Lerner pelo Paraná.

Mas desde a época de Leon Perez não se via denúncias de corrupção aqui. E eu lembrava hoje do governador Álvaro Dias.

Álvaro Dias, quando governou o Paraná, não me lembro de ter havido um caso de corrupção em seu governo que imediatamente ele não tenha fiscalizado, investigado e punido com rigor, com excessivo rigor, não me lembro. E não sou aqui advogado do Álvaro Dias, eu tenho candidato a governador que não é o senador Álvaro Dias, mas para que a verdade se estabeleça.

Agora, nesse governo os escândalos se sucedem, pipocam, as denúncias são diárias e nada se faz a não ser jogar para baixo do tapete, esconder do povo do Paraná, a verdade.

Quero uma nota do governador Jaime Lerner, que possa esclarecer as denúncias que vão para de baixo do tapete, os escândalos diários, corriqueiros que o Paraná inteiro já aprendeu.

Aqui, tenho mais um em minhas mãos, o governo Jaime Lerner vendeu o Banestado, a metade da Copel, a metade da Sanepar, a Ferroeste, os royalties de Itaipu, e, agora, vendeu os créditos do Banco do Estado, dos agricultores, dos comerciantes, junto ao Banco do Estado.

O governador Jaime Lerner teve a cara-de-pau de vender, para uma empresa norte americana. O agricultor que devia no Banco do Estado, hoje está devendo para uma empresa subsidiária dos Estados Unidos. A empresa Rio-Paraná Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

Tive o cuidado de ligar para essa empresa, que tem sede em São Paulo, para saber a sua origem: é americana. Amanhã ou depois o agricultor para pagar as contas, talvez tenha que ir em Nova York - como o governador já fez 39 vezes, depois que assumiu o governo - acertar dez, cinco mil dívidas que ele possui, por financiamentos que ele contraiu do Banco do Estado do Paraná.

É mais um escândalo desse governo, vergonhoso, que denunciamos todos os dias.

#### **O Sr. Ademar Traiano.**

Permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Tenho ouvido o seu pronunciamento e estou ouvindo, julgando oportuno, deputado, fazer aqui uma consideração ao seu pronunciamento, porque é perfeitamente, neste momento de nosso entendimento, que o seu pronunciamento acontece, porque nesse lado onde Vossa Excelência se posiciona estabelece-se exatamente o con-

traditório daquilo que nós, deputados do governo, temos que sustentar aqui nesta Casa. É importante, deputado Nereu e, talvez é bom que façamos aqui um exercício, para voltarmos um pouquinho ao passado e lembrarmos alguns episódios acontecidos, nesta Casa, uma vez que Vossa Excelência traz na tribuna manchetes expostas em jornais.

Lembro-me perfeitamente que nesta Casa já se executou parlamentares por terem posado ou tirado fotografias, com algumas pessoas, que tiveram envolvimento no narcotráfico do Paraná e que até o presente momento, não há como se fazer qualquer condenação a essas pessoas.

Portanto, o fato de o governador Jaime Lerner estar em uma foto, em um momento de campanha eleitoral não o penaliza de forma alguma, neste momento, por envolvimento em qualquer situação, que possa estar acontecendo na cidade de Maringá.

Entendo e, com certeza, esta Casa haverá de compreender, nós, deputados de governo, em um entendimento com outros partidos, vamos apresentar no dia de hoje, um requerimento do deputado Nereu à Mesa, para formarmos uma comissão suprapartidária de sete membros, no sentido de acompanhar todo o desenvolvimento do processo que tramita na cidade de Maringá, com relação a esse crime lesivo ao município de Maringá e ao Estado do Paraná.

É vontade do governo e dos parlamentares de governo fazer com que a sociedade paranaense tenha, realmente, amplo conhecimento de tudo aquilo que está acontecendo na cidade de Maringá.

Deputado Nereu, o deputado Durval Amaral, líder o governo, autor do requerimento, com o apoio de diversos outros deputados, colocaremos à Mesa, neste momento, esta proposição, para que possamos aqui na Assembleia Legislativa do Estado, através de uma comissão suprapartidária, acompanhar todo o desenrolar desse processo que tramita na Cidade de Maringá.

Esse é o entendimento do governo e dos deputados de governo, que não querem de forma alguma acobertar qualquer situação que possa neste momento, prematuramente, comprometer qualquer homem público, seja o governador Jaime Lerner ou o próprio senador Álvaro Dias.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Meu caro amigo, deputado Ademar Traiano, apenas para concluir o meu raciocínio eu quero dizer a Vossa Excelência que é uma boa iniciativa, é um caminho, porque é aquilo que nós dissemos aqui, nós temos que investigar as denúncias, não podemos nos esconder, não podemos ser omissos. E a hora que a Casa compõe uma comissão supra-partidária, para ir levantar as denúncias, esta Assembleia está dando respostas ao povo do Paraná. Nós estamos cumprindo com o nosso papel e o nosso dever, e é exatamente o início do procedimento que nós reclamamos, aqui nesta Casa.

Senhor presidente, para concluir quero também dizer ao deputado Traiano que uma fotografia não quer dizer que o cidadão esteja envolvido com o criminoso. Agora, um cheque é um documento cabal, dinheiro é documento cabal para provar o envolvimento de políticos com o crime organizado, com o roubo ou com a fraude. E a denúncia que o Paolicchi fez, em Maringá, é que ele deu dinheiro para a campanha do Jaime Lerner, e que ele teria como provar isso, e isso ele falou, sob juramento, ao juiz federal, de Maringá. Quer dizer, não é só a fotografia aonde o governador aparece abraçado com o Paolicchi, são documentos, cheque, segundo o criminoso que foi o mentor intelectual do roubo, acobertado por políticos safados que operam, na cidade de Maringá.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente concedo aparte ao deputado Ricardo Maia.

**O SR. RICARDO MAIA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho ocupar essa tribuna, hoje, onde todos os senhores deputados, a imprensa, a comunidade em geral têm visto o fato ocorrido, na minha cidade, Maringá.

Nós tivemos o nosso nome envolvido neste episódio. Quero dizer aos senhores deputados, desta Casa de Leis que fui vereador, em Maringá, por duas vezes e nas duas ocasiões fui vereador de Oposição e sempre tivemos um trabalho forte com a comunidade de Maringá. Nestes dois nossos mandatos como vereador em Maringá, nunca tivemos o financiamento ou o apoio financeiro para a nossa campanha. sempre foi uma campanha pautada de propostas, uma campanha sempre em reunião com a comunidade, em vários pontos da cidade de Maringá.

Posteriormente fui para o governo do Estado, onde ocupei a presidência de uma empresa pública, a Glaspar, por 3 anos e 3 meses. Durante este tempo, estes 3 anos e 3 meses, não tivemos um ato que desabonasse a nossa atuação, em frente à empresa, mesmo tendo, na ocasião, algumas pessoas, que foram deputados e que eram oposição à nossa atuação, na cidade de Maringá e na região. Todos os funcionários da empresa, o sindicato dos servidores da empresa faziam parte, toda comunidade do sistema da Agricultura, que acompanhou nosso trabalho por 3 anos e 3 meses, foram testemunhas do nosso trabalho, frente a essa empresa pública, com a maior das transparências e com nada que desabonasse nossa atuação, durante este período.

Fomos candidatos a deputado estadual, tivemos uma campanha difícil, uma campanha com votos esparramados em vários municípios. Em nenhum município tive apoio de prefeito ou vice-prefeito! Na cidade de Maringá não tivemos a participação da administração municipal de então, na nossa campanha. Lá, em Maringá, não tivemos, em hipótese alguma, apoio financeiro do prefeito da cidade ou da administração...

Senhor presidente, faço uso do horário da liderança do meu partido.

Não tivemos, em hipótese alguma, a participação municipal durante a nossa campanha de 98, porque o então prefeito tinha seus candidatos a deputados, e até os comícios que foram feitos em Maringá, comícios grandes, com a participação de grandes lideranças, nós não podíamos participar porque não éramos candidatos da administração municipal. Isto toda minha cidade de Maringá sabe, por quê? Porque nós sempre trabalhamos com a ética e a decência na política. E a campanha que fiz foi de custo baixo, campanha de apertos de mão e uma campanha de visitar as lideranças e os eleitores e conversar com eles.

E o ocorrido em Maringá na penúltima sexta-feira, o qual o nosso nome foi citado, sem ter provas algumas, não existe nada que prova a incriminação do nosso nome, o que foi citado foi um manuscrito de um papel, sabemos lá quando e por quê? Talvez, porque foi mencionado agora, talvez quando foi escrito, um papel que não tem valor nenhum e a pessoa que escreveu, que apresentou neste papel, existem vários nomes de lideranças, vários deputados, praticamente todos os deputados da cidade de Maringá, da região de Maringá. Existe nesta relação até um vereador, líder do atual prefeito de Maringá, que o prefeito é do PT, até os vereadores que não são do PT, mas é o líder do prefeito na Câmara dos Vereadores, também nesse papel, e assim inúmeras lideranças, cento e tantos nomes da cidade de Maringá, quase 200 nomes e nesses nomes teve o nosso lá.

Nós não aceitamos e quero dizer aos senhores deputados que a Promotoria Pública Estadual e a Federal já investigou e continua investigando e poderá investigar tranquilamente, não irá encontrar da nossa parte nada, não existe nada, os deputados que nos cumprimentaram, os que confiam em nós e que nos cumprimentaram nesses dias, os senhores poderão ficar tranquilos, como todos os deputados desta Casa, que não existe e não existirá nada contra o nosso nome nesse rolo todo que está surgindo na cidade de Maringá, que é lamentável para nós, mas nós temos certeza que sairemos ilesos de lá. Pena que talvez já estão fazendo um pré-julgamento, talvez até público, antes da conclusão dos trabalhos, mas no concluir dos trabalhos, seja pela Procuradoria Federal, seja pelo Ministério Público Estadual, temos certeza absoluta, que sairemos ilesos.

Concedo o aparte ao deputado Moysés Leônidas.

**O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Ricardo Maia, quero não só como seu colega deputado, mas como meu grande companheiro de partido, hipotecar solidariedade a Vossa Excelência e dizer que Vossa Excelência joga aí com tempo e sobretudo com tempo curto para poder mostrar não só à sua cidade mas a todo Paraná e em especial a este Parlamento as afirmações que Vossa Excelência traz de que não há senão e má intenção daquele cidadão

em envolver o seu nome, mas quero como companheiro aguardar e crer piamente no seu depoimento, que seria bom e queria inclusive não só a vida pessoal e política mas também aqui dos demais companheiros, hipotecar solidariedade e dizer que estamos confiantes inclusive de que Vossa Excelência o mais rápido possível deixará de fazer parte do depoimento desse cidadão que é réu confesso e que pelo menos lá na sua cidade de Maringá conseguiram colocar o Paolicchi na cadeia.

Na minha cidade de Londrina, onde a roubalheira foi maior, os réus confessos continuam circulando inclusive nas festas de carnaval, igrejas, cultos, enfim, tudo que tem de ecumênico eles ainda conseguem estar lá. Estamos esperando que pelo menos em Londrina alguém realmente vá para a cadeia.

#### O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Ricardo Maia, o senhor sabe que eu integrei a Umes de Maringá, a União Maringaense de Estudantes Secundários, o Divanir era o nosso companheiro naquela época.

Conheço bem Maringá. O episódio de Maringá, apenas conheço de entrevista com o Jairo Gianoto.

Sabe por quê?

Porque ele fazia questão de afirmar, constantemente, que era um empresário, que não era político, que tinha raiva de político.

Acredito que hoje, quem está desmoralizando a classe política é aquele que falava que não era político. Lamentavelmente!

Então, esse episódio já aconteceu no Brasil, quando Fernando Collor tentou convencer a população de que ele também era político. Então nós temos que fazer uma reflexão e analisar. Pessoalmente, digo com muita satisfação, sou político, fui cabo eleitoral em Maringá, fui vereador, presidente de Câmara e sou deputado, graças a Deus.

Quero continuar dizendo que sou político, do que falar que não sou político, sou empresário e acabar acontecendo o que aconteceu como o caso em Maringá.

Muito obrigado.

#### O SR. RICARDO MAIA

Nós assinamos um requerimento de autoria do deputado Durval Amaral criando uma Comissão Suprapartidária para que possamos, com sete deputados, acompanhar todo o processo que já tramita na Justiça Federal da cidade de Maringá. Um processo de vários meses, seis, sete meses.

Nós temos a lamentar que o nosso nome foi citado. Lamento muito, mas tenho certeza que na conclusão dos trabalhos perante a Justiça Federal e o Ministério Público Estadual, seremos absolvidos porque não existe nada conta a minha pessoa e o meu nome.

Muito obrigado.

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente quero registrar a presença do meu irmão mais velho, aqui na tribuna, da minha irmã Vilma que é vereadora e do meu cunhado, que participam da sessão de hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais da nossa Assembléia Legislativa a visita de tão ilustres pessoas.

Não havendo orador inscrito mais no Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT. Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Quero comunicar verbalmente a esta presidência que a bancada do PT acabou de se reunir, tendo em vista o meu impedimento de continuar na Comissão de Ética da Assembléia, está indicado o grande deputado Ângelo Vanhoni, como titular e na suplência a deputada Luciana Rafagnin.

O nosso líder que está ausente no momento, fará pessoalmente, por escrito a Vossa Excelência.

Quando nós fazíamos os primeiros debates entre as lideranças de Oposição com relação à Copel, um desses debates foi promovido na sede do PMDB, aqui em Curitiba. Teve uma pessoa que nesta reunião levantou e pediu, a mim e ao, deputado Orlando Pessuti, que fomos os primeiros a chegar: “que movesse desde já uma campanha pela impedimento do governador Jaime Lerner”.

Era um assessor jurídico do gabinete do senador Requião, que fez com que eu pensasse, na mesa ainda: “será que tem condições estabelecidas, de viabilidade, legais, políticas, para nós fazermos um pedido de “impeachment” do governo do Estado?

Pedi para dois assessores da nossa liderança, do PT, que comesçassem a investigar, primeiro do aspecto do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal para se ter base jurídica. Segundo, arrolassem todas as denúncias até hoje produzidas contra o governador Jaime Lerner, Banestado Leasing, Copel-Sercomtel, Jogos Mundiais da Natureza, falta da prestação de contas da Paranaeducação, o problema da Paranacidade, o problema do Fundef, não se prestam contas do Fundef, não têm reuniões do Conselho. Os documentos que pegamos, quando fomos a Londrina, e vários e vários mostram claramente o envolvimento da campanha de Lerner, tendo sido beneficiado, com os desvios de Londrina, mas isso era uma análise que estava sendo produzida, vendo a possibilidade de um pedido de Comissão Processante. Acabou sendo precipitada por uma demanda da imprensa nacional, sobretudo da agência Estado quando várias lideranças paranaenses falavam que era caso para impedimento do governador, uma Comissão Processante pedindo o “impeachment”. A partir daí, precipitou-se a discussão e não temos como nos furtar a ela, a opinião pública paranaense, várias lideranças vêm se somando aos desmandos que o governo

vem promovendo, as trapalhadas administrativas, a questão da entrega da Copel e tudo o mais, além das seguidas denúncias que fizemos aqui e inclusive, a questão do pedágio, a do narcotráfico.

Temos arrolado num possível dossiê que pode ser montado e discutir a possibilidade de uma Comissão Processante. Temos e sabemos perfeitamente das dificuldades. Primeiro temos que ter a aprovação do Plenário para começar a Comissão Processante a essa Comissão tem que ter bases de fato para começar a analisar o procedimento de impedimento do governador.

É isso o que faremos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Obrigado, presidente. Hoje à noite teremos uma conversa com a Bancada do PT, entre tantos outros assuntos. Há uma vontade pessoal desse parlamentar já manifestada na imprensa para provocar o pedido de Comissão Processante e teremos oportunidade amanhã de debater nosso pontos de vista, mas quero manifestar a opinião aos demais parlamentares e à imprensa, que acho que tem condições palpáveis de começar um processo de “impeachment” do governador como começou o processo do Collor. A opinião pública era favorável ao Collor na época, a maioria apoiava o governo. Tínhamos minoria no Congresso, minoria ínfima e conseguimos derrubar o presidente da República. Acho que é possível trabalhar isso, porque a opinião pública paranaense fala nas ruas, de impedir o governador de continuar governador o Estado diante do caos estabelecido no Estado do Paraná.

**O Sr. Moysés Leônidas**

Vossa Excelência concede um aparte?

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, não é possível conceder aparte porque meu horário já esgotou, mas fica registrada a intenção do deputado Leônidas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto a Liderança das Oposições se deseja fazer uso do seu Horário.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente e senhores deputados, não resta a menor dúvida que a questão Maringá, corrupção comandada pelo Luiz Paolicchi na Prefeitura de Maringá, envolvendo não só setores do governo do Estado do Paraná e outros Estados, é o assunto do momento no Paraná. E já alcança esferas fora do Estado do Paraná.

O jornal Folha de São Paulo de ontem, destinou uma página inteira para discorrer sobre o assunto. E é

necessário, sim, que esta Casa, mais do que já vinha fazendo, se dedique à discussão deste assunto. Como é necessário, também, que esta Casa, mais do que já fez até hoje, se dedique ao assunto privatização da Copel.

Temos projeto de lei formado por vinte e cinco senhores deputados, revogando a Lei nº 12.355 e um projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, buscando a mesma finalidade, qual seja, a de revogar a lei que permite a privatização da Copel. E, neste assunto específico da privatização da Copel, entendo que esta Casa está procurando fazer sua parte. Seja através da nossa Bancada de Oposição, seja através de deputados da base do governo, seja através da sociedade civil organizada.

No último dia vinte e um, tivemos uma reunião aqui o Plenarinho. constituiu-se um fórum da sociedade contra a privatização da Copel. Este fórum já está trabalhando. Semana que antecedeu ao carnaval, no dia vinte e dois, o deputado José Ferreira coordenou uma reunião com o Instituto de engenharia, a Ordem dos Advogados, com assessores jurídicos desta Casa. Na manhã de hoje, coordenou novamente uma reunião com advogados que estão trabalhando e já em fase de elaboração final de processos visando interromper os editais que estão na praça, para contratação das empresas que vão cuidar da privatização da Copel.

Amanhã pela manhã, por volta das nove horas, novamente, todas estas entidades estarão aqui no Plenarinho da Assembléia, para discutirmos e definirmos uma estratégia de ação. E eu convido, a exemplo do que já fizemos na vez passada, todos os senhores deputados, não só das Oposições, mas todos os senhores deputados desta Casa, para que possamos lá estar, para discutirmos esta questão da privatização da Copel.

Hoje, ainda, vou a Maringá para participar de uma reunião na Câmara de Vereadores; fomos convidados para lá falarmos a respeito da privatização da Copel. Já estivemos em Ponta Grossa, em Londrina, companheiros outros já estiveram em Ponta Grossa, em Londrina, já estivemos, também em Cascavel. E no dia de amanhã, certamente haveremos de, em conjunto, deputados desta Casa, repito, das Oposições e da Bancada do Governo, juntos, com as entidades que compõem este fórum da sociedade contra a privatização da Copel, estabelecendo uma estratégia, um cronograma de ação para o trabalho, para a ampla discussão que deveremos ter, nos próximos dias e que antecedem a vinda a plenário do projeto de lei do deputado Tony Garcia e do projeto de lei de vinte e cinco outros senhores deputados, que prevêm o fim da privatização da Copel.

Com relação ao caso de Maringá, nós tivemos oportunidade de falar a respeito disso, fartamente, nos últimos dias. E o que tenho dito à imprensa e vou dizer aqui, novamente, é que a Assembléia Legislativa não pode se omitir neste momento, não pode se furtar de discutir em profundidade este assunto.

E ela tem três nortes a buscar, na discussão daquilo que está sendo apresentado como irregularidade.

As denúncias que envolvem o Tribunal de Contas, os conselheiros e funcionários é competência, sim, desta Casa, investigar. E uma comissão proposta pelo deputado Ribas Carli foi constituída e está à mesa do presidente Hermas Brandão, a constituição de uma comissão especial para averiguar a questão ligada ao Tribunal de Contas.

No que diz respeito a parlamentares estaduais que estão sendo citados, esta Casa criou uma Comissão de Ética, um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. E eu acho que os deputados que estão sendo mencionados possam ter a oportunidade de, perante essa comissão, esclarecer devidamente e esta Casa inocentá-los, se for o caso, ou condená-los, se for o caso. Mas, não pode a Assembleia Legislativa deixar de agir desta forma. E foi por isso o que eu senti nas palavras do deputado Divanir, o que falou o deputado Ricardo Maia, porque o que não pode é perdurar essa situação onde os parlamentares são todos os dias expostos a denúncias sem que tenham tido, até o momento, a oportunidade de virem perante este Plenário, perante essa Comissão, apresentar as suas razões e os seus argumentos, e terem a manifestação dos seus colegas.

Concedo um aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

#### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Deputado Orlando Pessuti, aproveitando o momento, eu não queria entrar publicamente aqui em detalhes, mas já que Vossa Excelência se referiu, quero aproveitar fazendo acompanhamento ao seu pensamento, à sua sugestão, nós já nos antecipamos e protocolamos um requerimento à mesa:

“Requer a formalização do pedido para que a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis, proceda levantamentos sobre a declaração formulada pelo ex-secretário da Fazenda de Maringá, Luiz Pao-licchi, a respeito deste Parlamentar.

Devo informar a Vossa Excelência que essa comissão terá prazo de até 30 dias para dar o Parecer e, com certeza, da nossa parte aguardamos humildemente o parecer desta comissão. Todos os documentos estarão às mãos desta comissão para que ela possa formar juízo desse parlamentar que, com certeza, serenamente, vai aguardar o resultado da comissão. Era isso.

Muito obrigado.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço o seu aparte e cumprimento-o.

Não podia esperar de Vossa Excelência nenhuma outra atitude, porque esse é o caminho correto. É o caminho pelo qual todos temos que trilhar. E foi por isso que todos nós, por unanimidade, aprovamos a criação de uma Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, para que pudessem, a tudo aquilo que dissesse respeito aos senhores parlamentares, analisar com profundidade e ser adotado aquilo que de verdade tem que ser adotado.

Cumprimento Vossa Excelência, como cumprimento também o deputado Ricardo Maia, pelo que já disse da tribuna. E tenho a certeza que esse caminho será perseguido por esta Casa.

Com relação ao governador, que é outro que deve por nós ser investigado, a Assembleia Legislativa tem diversos caminhos, e um deles é a Comissão Suprapartidária para dar forças às investigações que o Ministério Público, que a Polícia, que a Receita Federal, que o Banco Central, que o Poder Judiciário estão desenvolvendo; uma outra é a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não especificamente no caso de Maringá e no caso de Londrina, mas uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pudesse, se fosse o caso, abranger os 399 municípios. E tenho uma outra proposta que fosse talvez a mais indicada nesse momento, que é o requerimento para que se inicie um processo de afastamento, de “impeachment” do governador. É lógico que cada uma dessas questões tem os seus “senões”, seus “poréns”, tem as suas necessidades jurídicas, regimentais e constitucionais.

E foi por isso que hoje pela manhã, senhor presidente Hermas Brandão, líder do Governo, deputado Durval Amaral, líder do PMDB, deputado Nereu Moura, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Elio Rusch, reunidos na sala da Presidência, adotamos a decisão de que hoje e amanhã não formalizaríamos nenhum requerimento, nenhuma proposta de CPI, nenhum pedido de “impeachment”, para que pudéssemos amadurecer essa ideia.

E é por essa razão que eu, com alegria no coração, devo dizer que fico contente porque uma das propostas que estávamos defendendo já foi aceita pela Liderança do Governo, por esta Casa, ao firmarem esse requerimento de formar uma Comissão Suprapartidária. Mas, ao mesmo tempo em que sinto alegria por ver uma das propostas já aceitas e vamos discutir agora para a frente a questão da CPI, a questão do “impeachment” apenas, devo dizer da minha tristeza porque de nada valeu o nosso entendimento de hoje de manhã, de nada valeu, porque tínhamos combinado que íamos avaliar melhor qual o rumo que íamos adotar, se era a Comissão Suprapartidária, se era uma proposta de CPI. Falou-se em retirar esta ou aquela CPI, deixar para depois, falou-se na questão do “impeachment” e o que vemos é que o que combinamos de manhã chega aqui no Plenário, na parte da tarde, já está diferente.

Então, manifesto isso com uma tristeza, porque dou um valor imenso, terrível a esta reunião de líderes, porque foi uma das práticas que adotei com grande sucesso quando presidi esta Casa em 93 e 94. Entendo que aquilo que combinamos de manhã, sentado, tem que valer a tarde, quando estamos de pé pelos corredores desta Casa ou quando estamos aqui prestando atenção ao que o outro fala. Então, alegria de ver uma das propostas já aceitas, mas a tristeza de ver aquilo que conversamos

numa reunião de líderes de repente aqui em baixo já muda de figura.

Peço a compreensão do presidente, se for o caso, tenho dois pedidos de apartes, do deputado Spada e do deputado Beraldin. Entendo que não tenho tempo, já extrapolei em cinco minutos o meu tempo e peço a compreensão dos senhores deputados para que possamos conferir o aparte numa outra oportunidade, mas que poderemos sim, encaminhar, na questão das CPI's, inclusive, senhor presidente, o Regimento é claro e diz que só cinco podem funcionar - mais do que cinco, por deliberação do Plenário através de um projeto de resolução. Poderemos resolver, então, por um projeto de resolução, trazer a este Plenário propondo uma Comissão Parlamentar de inquérito e o Plenário vota favoravelmente a este projeto de resolução e se instala a sexta, a sétima, a oitava ou a centésima primeira CPI, se for o caso. Era isso.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do Governo, deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Excelentíssimo senhor presidente, nobres pares, senhores deputados desta Casa. tenho ouvido e lido atentamente através da imprensa o pronunciamento dos nobres colegas deputados de Oposição que com relação ao episódio específico de Maringá, caso Paolicchi, tem se manifestado de uma maneira contundente sobre este episódio e colocando efetivamente, fazendo ilações de que o governador Jaime Lerner poderia estar envolvido. Quero, com muita tranquilidade, senhor presidente, em primeiro lugar entender o caso, entender a situação do senhor Paolicchi, que nem o conheço, que jamais tive qualquer relação com este cidadão, mas até onde eu sei é um cidadão que está preso, é réu confesso acusado de inúmeras irregularidades. Eu, como modesto advogado que sou e muitos dos companheiros aqui também o são, sabem que ao réu e à sua defesa, aos seus advogados assiste o direito de criar todos os incidentes processuais possíveis para lograr êxito na defesa do seu cliente, na defesa do réu, e entre os vários incidentes processuais que se cria está inclusive em arrolar novas testemunhas, em trazer pessoas outrora desconhecidas do que se investiga para, dentro do processo, para poder se ganhar tempo, porque todos nós sabemos que o réu preso tem prazo para ser julgado e se dentro deste prazo não acontecer, automaticamente ele ganha a liberdade através de um simples *habeas-corpus*.

Então, esses incidentes processuais, e pasmem, a todos nós e a mim pessoalmente, não podem colocar em dúvida a pessoa do governo, a pessoa de autoridades públicas do Estado do Paraná que têm um mandato, aí incluindo-se deputados, enfim, todos aqueles que são detentores de mandato, porque nós não podemos enlamear a vida de nenhum cidadão, quanto mais de alguém que detém o mandato conferido pelo voto popular, colo-

cando-o em suspeição em função das palavras de alguém que está acuado, que está preso, que é réu confesso e que tenta em sua defesa envolver o maior número de pessoas para lograr êxito no processo judicial.

Então, temos que ter isso com muita cautela. Vejo aqui a preocupação de alguns deputados, e da oposição do governador Jaime Lerner, de tentar criar um fato político, e buscam efetivamente uma interpretação se mais proveitoso seria o "*impeachment*" do governador, se mais proveitoso politicamente seria uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o que poderia dar mais dividendos políticos.

Mas eu quero aqui fazer "*mea culpa*", porque efetivamente nós conversamos hoje pela manhã com as lideranças de sustentação política do governo, e também, deputado Orlando Pessuti, com os deputados de Oposição, e dou razão ao senhor quando disse que tivemos uma conversa muito proveitosa, e quero aqui de público dizer, com humildade, retiro o requerimento que propõe uma Comissão Suprapartidária para acompanhar as possíveis irregularidades que envolvam autoridades no Estado do Paraná ocorridas lá em Maringá. Retiro porque entendo que é justo, vamos fazer a transparência, não vamos crucificar e nem colocar ninguém nos bancos dos réus para tirar proveito político, porque nós não podemos enlamear, nem execrar alguém que detém mandato, seja ele um mandato de vereador, ou seja ele um mandato de presidente da República, temos que ter respeito. E ninguém merece mais respeito do que aquele que está investido num mandato popular.

Então, quero dizer meus caros companheiros que concordo plenamente, mas a preocupação nossa é a preocupação do governador Jaime Lerner, é a preocupação de ver esclarecido esse episódio o mais rapidamente possível porque efetivamente a palavra daquele que está acuado não pode colocar em dúvida a credibilidade de um homem público.

E eu quero aqui dizer que com toda certeza um grande estadista inglês coloca com muita propriedade um fato que muito bem cabe a esse episódio. O inglês Groiel diz: Ele que sempre foi um duro, leal adversário, foi sempre duro com seus adversários, tinha uma premissa extremamente verdadeira e que muito bem cabe aqui, honra pessoal dos adversários, não há nada que os políticos devam tratar com mais cuidado e responsabilidade. O governador Jaime Lerner tem adversário sim, nós temos oposição ao Estado do Paraná, mas nós temos que respeitar o governador, respeitar o senador, respeitar a todos aqueles que exercem mandato, porque caso contrário, aquela gangsterização, que infelizmente tomou conta de Maringá, nós podemos transportá-la para o Estado do Paraná no nível político, e isto seria...

#### O Sr. Sérgio Spada

Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

Deputado Durval Amaral, concordo plenamente com as suas palavras. No entanto, gostaria de fazer um registro, e nada mais oportuno de me dirigir diretamente ao líder do governo nesta Casa. A imprensa deu, no final da semana passada, trouxe uma versão, que teria partido do Palácio e diretamente do governador Jaime Lerner, de que os recursos desviados, quase que comprovadamente desviados, da administração de Maringá, teriam sido destinados para financiamento de campanhas ou beneficiar o PSDB, de um modo geral. E aí a minha repulsa a esse tipo de afirmação, porque eu, sinceramente, mal conheço de vista o prefeito de Maringá, Jairo Gianotto - o ex-prefeito - e não poderia aceitar esse tipo de colocação e acusação contra o partido, como um todo, em hipótese alguma, aliás, nem mesmo contra qualquer um dos integrantes do nosso partido. Talvez, a intenção fosse atingir o senador Álvaro Dias, mas há pouco eu falava com o senador Álvaro Dias e ele me colocava com todas as letras: "Spada, com a maior convicção do mundo, posso afirmar aí que não existe um centavo de recursos de campanha, vindo da Prefeitura de Maringá. Vou mandar toda a documentação, para fazer o registro na Casa, inclusive, aqui, na Assembléia Legislativa, em respeito ao Parlamento, ao povo do Paraná."

Gostaria de deixar claro aqui que nós, da Bancada do PMDB, porque muitos dos nossos apoiaram o governador Jaime Lerner, na eleição passada - muitos dos nossos estão dando sustentação ao governador Jaime Lerner. Não aceitamos esse tipo de colocação genérica, acusando o partido como um todo. Essa repulsa, tenho certeza, que é uma posição de toda a Bancada do PSDB.

Vamos reunir a Bancada e já lhe comuniquei essa nossa posição, para discutirmos essa questão, para tomarmos uma posição, ao apoio ou não ao governo.

Faço essa colocação por ser oportuno, porque acho que estamos travando aqui um debate em altíssimo nível, querendo ver a verdade vir à tona, do aonde doer.

Obrigado, deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do deputado Sérgio Spada.

O próprio advogado do senhor Paolicchi, doutor Vagner, que foi chefe da Casa Civil e procurador-geral do estado, tratou ele, que é advogado, de isentar a responsabilidade do governador, dizendo textualmente, que não há declaração nos autos, no escândalo de Maringá, que possa incriminar o governador Jaime Lerner - logo por extensão, acredito, com relação ao senador. Se ele disse isso com relação ao governador, com muito mais convicção com relação ao senador.

Quero, para concluir, senhor presidente, um depoimento não serve como indício de prova. tem que se analisar se existe provas materiais, indícios, pelo menos de provas. Por isso é que propusemos, deputado Pessuti, essa Comissão Suprapartidária, para acompanhar o processo, que fica retirado, senhor presidente, para que pos-

samos, em conjunto com os deputados da Oposição, apresentar porque não temos a intenção de ter a paternidade desse requerimento, em hipótese alguma. É só uma preocupação do governador Jaime Lerner de esclarecer todo esse episódio.

Aguardamos então esse entendimento, para que possamos juntos, Situação e Oposição Assembléia Legislativa, acompanhar todo esse episódio, lá na cidade de Maringá.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes da Ordem do Dia, esta presidência, com base no Artigo 26, da Resolução 009/2000, de 31 de outubro de 2000, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, abre prazo até às 18:00 horas, de amanhã, dia 06 de março, aos senhores líderes de partidos, para que façam indicação de um membro de seu partido para corregedor e dois corregedores substitutos, que deverão ser eleitos, em plenário desta Casa, quarta-feira, dia 07 de março, em Sessão Extraordinária, em votação secreta, logo após a Sessão Ordinária.

Encerrado o Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhor deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 007/2001 subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, solicitando desse Poder, autorização para seus eventuais afastamentos do País, bem como da senhora vice-governadora, que, no interesse da administração, venham a ser necessários, com destino aos Países que integram o Mercosul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 008/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais aos familiares dos policiais militares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 226, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:



**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - PROLERJ nas escolas estaduais e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 182, de 30.11.99).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 616/2000

P A R E C E R :

**Relatório**

Da autoria do deputado Ricardo Maia, o presente projeto autoriza o governo do Estado a implantar o Programa de Leitura de Revista e Jornais - PROLERJ nas escolas estaduais.

**Fundamentação**

A Secretaria de Estado da Educação posicionou-se negativamente a proposta emanada neste projeto por entender ser essa contrária aos interesses do Estado por onerar os cofres públicos, além do que cita a existência de programa similar já implantado por aquela mesma Secretaria.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu Parecer Favorável por entender que o mesmo não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental.

**Conclusão**

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme atribuição dada pelo § 7º, do art. 33, do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos pela aprovação da matéria.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 600/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, institui o serviço extraordinário, para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 178, de 24.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 600/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Moysés Leônidas, tem por finalidade instituir o serviço extraordinário, para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação.

Procedida a análise da matéria, verificamos que nada obsta à sua tramitação nesta Casa de Leis, sendo portanto o Parecer Favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 600/99

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que proíbe a denominação de palácio aos prédios públicos estaduais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 119, de 20.09.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 484/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que proíbe a denominação de palácio aos prédios públicos estaduais.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 05.10.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 484/99.

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao doutor Benedito Valdecir de Oliveira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 107, de 25.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 458/99

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo conceder o

título de Cidadão Honorário ao doutor Benedito Valdecir de Oliveira.

#### **Fundamentação**

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a normal tramitação da proposição em tela.

#### **Conclusão**

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.09.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, há requerimento do deputado César Silvestri, constante do expediente, encaminhando a C.C.J. todos os projetos de lei para outorga de títulos de cidadania e benemérita, em tramitação a fim de que os mesmos sejam analisados à luz da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2.001. Em votação o Requerimento.

**Aprovado.** Assim sendo todos os títulos de cidadania honorária e benemérito deverão retornar a C.C.J.

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, fica o governo do Estado autorizado, através da Secretaria de Segurança, em instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 105, de 24.08.99).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N 457/00**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, a instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais.

Tratando-se de matéria autorizatória, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 457/99, por considerá-lo constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 457/99.

#### **ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina que o governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamen-

tos efetuados pela sua administração direta ou indireta. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..**

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### **SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 444/99**

Art. 1º - Ficam os Poderes Judiciário, Legislativo e respectivo Tribunal de Contas, Executivo inclusive administração indireta e respectivo Ministério Público, obrigados a disponibilizar através de suas páginas na rede Mundial de Comunicação (Internet), os seus gastos em geral.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Ademar Traiano, César Silvestri, Marcos Isfer, 1 ilegível.

**JUSTIFICATIVA:**

Se o fundamento da proposta é dar transparência ao Poder Público coerente é estender a obrigatoriedade às administrações dos Poderes Judiciários e Legislativo.

E considerando o elevado custo da providência proposta mediante, publicação em Diário Oficial, convém adequá-la aos tempos modernos dando publicidade aos atos do Poder Público, através da Internet, a um custo ínfimo para os entes públicos, e da mesma forma alcançando objetivo proposto, qual seja a sua transparência e clareza.

**O projeto será enviado à C.C.J.. Encerrada a discussão.**

#### **ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/99, de autoria do deputado Beraldin, outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor a redução do percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12% (doze por cento) para 7% (SETE POR CENTO). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.A..**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 391/99**

Art. 1º - Fica o secretário de Estado da Fazenda autorizado a isentar mediante resolução o ICMS cobrado na comercialização do feijão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) BERALDIN

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Antonio Anibelli, Cartário, Nelson Garcia.

**O projeto será enviado à C.C.J.. Encerrada a discussão.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 390/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de cidadã Benemerita do Estado do Paraná, a irmã Firmina Maria. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J.

De conformidade com o requerimento nº 250, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, este projeto retorna à C.C.J.

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do senhor deputado Péricles H. de Mello, institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa e Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 344/99

A presente emenda tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º e suprimir os artigos 4º, 8º, 9º e 10, além de expressões constantes nos artigos 5º e 11, remunerando os artigo adequadamente, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador.

...

Art. 4º - Fica instituído o Conselho Estadual do Esporte Amador.

...

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das sessões, em 05.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Carlos Simões, Basílio Zanusso, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ricardo Maia.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 344/99.

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 104/99

A presente proposição de substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 104/99, tem por objetivo alterar a redação do artigo 2º e suprimir de seu texto o artigo 3º, conforme segue:

“Art. 2º - Os recursos necessários para a execução desta lei poderão ser supridos através de linhas de crédito já existentes, ou especificamente abertas para este fim.”

Sala das sessões, em 05.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Geraldo Cartário, Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda faz-se necessária para viabilização do projeto, haja visto que recursos para fomento dos mais diversos segmentos econômicos do Estado já vem sendo disponibilizados através da Agência de Fomento, notadamente até o momento, através do Programa Fábrica do Agricultor.

Além do mais, as disposições contidas no artigo suprimido, são incompatíveis com natureza autorizatória do projeto de lei.

**O projeto será encaminhado à C.C.J..**

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 05/97, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do depu-

tado Luiz Cláudio Romanelli, que regulamenta os depósitos de aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 029/97

Curitiba, 17.02.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 050/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 112/95, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os depósitos, aplicações, arrecadações e pagamentos do órgãos e das entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Estado, bem como do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, somente poderão ser movimentados no Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado, e nas instituições financeiras que lhe forem coligadas ou controladas, conforme especifica e adota outras providências, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo 4º e seu Parágrafo Único.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos decorre de pronunciamento expedindo pela Procuradoria-Geral do Estado (Parecer nº 020/97-PGE) que, em anexo, integra, como razões fundamentais, o veto parcial ora apostado.

Estes os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 05/97

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda da mensagem governamental visa vetar o Projeto de Lei nº 112/95, do deputado Luiz Cláudio Romanelli que tem por objetivo regulamentar os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda estando dentro do prazo cabível, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim está apto ao seu encaminhamento à Plenário.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º secretário a chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Conferindo o Plenário, não há quórum para votação.

Verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que o senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cleiton Kielse**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

Vinte e um (21) senhores deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Responderam a chamada nominal vinte e um (21) senhores deputados.

**Não há quórum para a deliberação.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 242, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Carlos Simões, Ademar Traiano, Chico Noroeste e Ricardo Maia, constante do expediente.

**Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 247, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 248, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 002, 003, 004 e 005/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 372, 395 e 397/2000.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 043/2001

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

conceder aposentadoria por invalidez, a ANTONINA PAVOSKI BALEMBERG, matrícula nº 40.321, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139; 224 e 235, da Lei de nº 6174/70 acrescido de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma lei, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 8329/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 046/2001

1º - aposentar compulsoriamente, a partir de 18 de abril de 1996, DIONÍZIO ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 40.294, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", N-61, nos termos do art. 35, inciso II, da Constituição Estadual vigente à época, com proventos mensais e proporcionais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo com o art. 170 e parágrafo único, da Lei de nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 32, da Diretoria de Pessoal, desta Casa;

2º - revogar o Ato da Comissão Executiva nº 124/2000.

(Prot. nº 11.477/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.02.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente (em exercício)

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

#### PORTARIA Nº 003/2001

prorrogar, a disposição funcional, do servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ALBERTO MAINGUE, matrícula

40212, a fim de continuar prestando serviços a esta prefeitura municipal de Cascavel, com ônus para órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 241/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.01.2001.

#### PORTARIA Nº 004/2001

prorrogar, a disposição funcional, do servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, para continuar prestando serviços junto a Secretaria de Estado da Comunicação Social, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 242/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.01.2001.

#### PORTARIA Nº 005/2001

prorrogar, a disposição funcional, da servidora deste Poder Legislativo, MARILENE BOCHNIA SCHAEFFER, para continuar prestando serviços junto a Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 435/2001)

#### PORTARIA Nº 006/2001

prorrogar, a disposição funcional, do servidor deste Poder Legislativo, HECTOR VINICIUS WAGNER, para continuar prestando serviços junto a Tribunal de Contas, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 436/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.01.2001.

#### PORTARIA Nº 07/2001

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 03 de janeiro de 2001. CID.298.0/7.

(Prot. nº 107/2001)

#### PORTARIA Nº 08/2001

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, MARIA JOAQUINA FARIA DE PAULA, para continuar prestando serviços junto à Secretaria de Estado da Educação, sem ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 620/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.01.2001.

#### PORTARIA Nº 09/2001

revogar, a partir de 01 de janeiro de 2001, a Portaria de nº 144/2000, que colocou a disposição do

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com sede na Comarca de Maringá, a servidora deste Poder Legislativo SILVIA HELENA RODRIGUES MOMO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.01.2001.

PORTARIA Nº 10/2001

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, ROBERTO DA SILVEIRA MORAES, matrícula nº 40052, a fim de que permaneça prestando serviço junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, até 31 de dezembro de 2001, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 770/2001)

PORTARIA Nº 11/2001

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, SOLON LUCIANO GOMES DE SOUZA, matrícula nº 40835, a fim de que permaneça prestando serviço junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 771/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.02.2001.

PORTARIA Nº 12/2001

1º - mandar contar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do § 5º, do artigo 35, da Constituição Estadual, vigentes em 1996, em favor de DIONÍZIO ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 40294, exercendo o cargo de Agente Administrativo, N-61, o tempo de dezoito (18) anos, oito (08) meses e vinte e sete (27) dias de serviços em atividades privada, sendo dois (02) anos e dez (10) meses, período compreendido entre 01.01.80 a 30.10.82, na Nacional Limpeza e Conservação S/C Ltda; na mesma empresa por onze (11) meses e vinte e nove (29) dias, período de 01.03.83 a 29.02.84; como lavrador, por sete (07) anos, período de 01.01.65 a 31.12.71; e, ainda com lavrador, por sete (07) anos dez (10) meses e vinte e sete (27) dias, período de 01.01.72 a 27.11.79, conforme Certidão do INSS, em anexo;

2º - revogar a Portaria nº 79/2000, desta Casa.

(Prot. nº 11.477/99)

PORTARIA Nº 13/2001

conceder licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, ZAIDA BARBOZA GONÇALVES, matrícula nº 40563, a partir de 04 de dezembro de 2000, de sessenta (60) dias. CID.C-45.0.

(Prot. nº 501/2001)

PORTARIA Nº 14/2001

conceder licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, HEITOR DA SILVA DUARTE, matrícula nº 40489, a partir de 30 de janeiro de 2001, de sessenta (90) dias. CID.K60.5.

(Prot. nº 852/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.02.2001.

PORTARIA Nº 15/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SUELY FAZZINI DA SILVA REIMANN, matrícula nº 40396, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 11390/2000)

PORTARIA Nº 16/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARTA ALVES DE FREITAS, matrícula nº 40330, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 11389/2000)

PORTARIA Nº 17/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ROSA MEIRE FERNANDES TEIXEIRA, matrícula nº 40046, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada no Gabinete da Procuradoria, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248,

da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 11204/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.02.2001

PORTARIA Nº 018/2001

colocar, a disposição da prefeitura do município de Marechal Cândido Rondon, a funcionária deste Poder Legislativo, VANIR LUIZA BORGMANN, matrícula nº 40207, até 31 de dezembro de 2001, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.02.2001.

PORTARIA Nº 019/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2001, CID. F-29.

(Prot. nº 1028/2001)

PORTARIA Nº 020/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI GOBBO ARAÚJO, matrícula nº 40393, de trinta (45) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2001, CID. 0.16.

(Prot. nº 1029/2001)

PORTARIA Nº 021/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ZAIDA BARBOSA GONÇAL-

VES, matrícula nº 40563, de trinta (60) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2001, CID. C-45.0.

(Prot. nº 1030/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.02.2001.

PORTARIA Nº 022/2001

colocar, a disposição da prefeitura municipal de Guaratuba, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO MARIA CAMARGO FERREIRA, matrícula nº 40410, a partir de 01.02.2001, com o ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1176/2001)

PORTARIA Nº 023/2001

colocar, a disposição da prefeitura municipal de Curitiba, a servidora deste Poder Legislativo, LÚCIA JOVITA INÁCIO, matrícula nº 40555, até 31.12.2001, tendo em vista que a mesma ocupará cargo em Comissão de Chefe da Equipe de Apoio Técnico e Administrativo, na Secretaria Municipal de Obras Públicas, sendo a cedência sem ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1177/2001)

PORTARIA Nº 024/2001

colocar, a disposição do Tribunal de Alçada, o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, matrícula nº 40922, a partir de 01.02.2001, com o ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1249/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.03.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral